



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

www.motuca.sp.gov.br

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 1 de 8

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Leis	2
Portarias	7
Atos Administrativos	7
Outros atos administrativos	7
Licitações e Contratos	8
Pregão	8

EXPEDIENTE

O Diário Oficial de Motuca, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Motuca poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.motuca.sp.gov.br

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Motuca

CNPJ 68.319.987/0001-45

Rua São Luiz, 111 - Centro

Telefone: (16) 3348-9300

Site: www.motuca.sp.gov.br

Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/motuca



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001 e Lei 14.063, de 2020

O Município de Motuca garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.motuca.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.motuca.sp.gov.br e www.imprensaoficialmunicipal.com.br/motuca



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 2 de 8

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 960 de 04 de fevereiro de 2026.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar, no exercício de 2026, repasses de recursos financeiros às entidades privadas sem fins lucrativos que especifica, nos respectivos valores indicados, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOTUCA, Estado de São Paulo, **FÁBIO DE MENEZES CHAVES**, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Motuca, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 02 de fevereiro de 2026, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar, no exercício de 2026, repasses de recursos financeiros às entidades privadas sem fins lucrativos a seguir indicadas, em conformidade com os valores e ações quantificadas:

I - Fundação Reviver - Unidade de Acolhimento Institucional CNPJ nº 01.217.717/0001-52, repasse no valor de até R\$ 123.138,78 (cento e vinte e três mil, cento e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), com a finalidade de Acolhimento Institucional e Proteção Social Especial, de crianças e adolescentes a fim de garantir a proteção integral, em caráter provisório e excepcional que serão distribuídos no citado exercício em parcelas mensais até o encerramento do exercício.

II - FUNDAÇÃO PIO XII (HOSPITAL DO AMOR) - Inscrita no CNPJ nº 49.150.352/0001-12, repasse no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que serão distribuídos no citado exercício em parcelas mensais até o encerramento do exercício, com a finalidade de apoio financeiro destinado ao Hospital de Amor de Barretos, com o objetivo de viabilizar a aquisição de materiais de almoxarifado central necessário para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

III - Lar dos Pobres e Dispensa Vicentina de Rincão (Asilo de Rincão); inscrito no CNPJ sob nº 56.338.056/0001-05; repasses no valor de até R\$ 56.623,53 (cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos) destinados ao pagamento de despesas para reforço do custeio dos idosos que lá se encontram abrigados, que serão distribuídos em parcelas mensais até o encerramento do exercício.

IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão - APAE, CNPJ nº 50.732.460/0001-82, repasse no

valor de até R\$ 82.343,52 (oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), com a finalidade de Acolhimento Institucional e Proteção Social Especial para maiores de 18 anos a fim de garantir a proteção integral, em caráter provisório e excepcional que serão distribuídos no citado exercício em parcelas mensais até o encerramento do exercício.

V - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão - APAE, CNPJ nº 50.732.460/0001-82, repasse no valor de até R\$ 57.802,25 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dois reais e vinte e cinco centavos) com a finalidade de Acolhimento Institucional e Proteção Social Especial de menores de 18 anos a fim de garantir a proteção integral, em caráter provisório e excepcional que serão distribuídos no citado exercício em parcelas mensais até o encerramento do exercício.

Art. 2º Em virtude do comando contido no Comunicado SDG n. 10/2017 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os repasses de recursos a título de subvenção pela municipalidade serão formalizados por meio de Termo de Colaboração ou de Fomento, com inexigibilidade do chamamento público devidamente justificado, nos termos dos artigos 31, II c/c 32 “caput” e § 4º da Lei 13.019/2014, ficando convalidados os termos formalizados pela municipalidade nestes moldes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 951, de 19 de novembro de 2025, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, se necessário, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Palácio dos Autonomistas,
Motuca/SP, 04 de fevereiro de 2026.
FABIO DE MENEZES CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL**

LEI Nº 961 de 04 de fevereiro de 2026.

“Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS e institui o Conselho Gestor do FHIS e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOTUCA, Estado de São Paulo, **FÁBIO DE MENEZES CHAVES**, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Motuca, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 02 de fevereiro de 2026, promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei cria o Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS e institui o Conselho-Gestor do FHIS.

CAPÍTULO I DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 3 de 8

Seção I

Objetivos e Fontes

Art. 2º Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º O FHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do município, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FHIS;

III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS; e

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Seção II

Do Conselho-Gestor do FHIS

Art. 4º O FHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade civil ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares.

§ 1º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FHIS.

§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será exercida pelo Diretor do Departamento de Planejamentos, Obras e Serviços responsável pela área habitacional.

§ 3º O presidente do Conselho-Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º Competirá ao Diretos de Planejamento, Obras e Serviços, proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção III

Das Aplicações dos Recursos do FHIS

Art. 6º As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FHIS.

§ único: Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção IV

Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art. 7º - Ao Conselho Gestor do FHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FHIS;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, sendo órgão deliberativo e partidário, visando assegurar moradia digna à população de baixa renda nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Autonomistas,

Motuca/SP, 04 de fevereiro de 2026.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 4 de 8

FABIO DE MENEZES CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 260 de 04 de fevereiro de 2026.

“Altera a redação do Art. 2º da Lei Complementar nº 252 de 03 de junho de 2025, que Autoriza o Poder Executivo a fazer a doação de área pertencente ao Patrimônio do Município de Motuca ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para construção de unidades habitacionais, do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, e dá outras providências”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOTUCA, Estado de São Paulo, **FÁBIO DE MENEZES CHAVES**, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Motuca, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 02 de fevereiro de 2026, promulga a seguinte lei complementar:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Complementar nº 252, de 03 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. É objeto da presente doação a área destacada da matrícula nº 24.769, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araraquara, contendo a seguinte descrição planialtimétrica e demais detalhamentos constantes do anexo I desta Lei Complementar:

A área a ser destacada inicia-se no vértice AAQ-P-3933 sentidos no vértice AAQ-P-3935 + 5,13 metros, mudo para o sentido do vértice AAQ-P-3377 + 3,03 metros, vai sentido ao vértice AAQ-3676 + 83,22 metros, mudo o sentido para linha de limitação dos vértices AAQ-M-2178 a AAQ-M-3971 em 147,22 metros, mudo para sentido do vértice AAQ-P-3932 + 15,30 metros em 53,03 metros e finaliza desse ponto ao vértice AAQ-P-3933. Com uma área aproximada de 17.652,01 metros quadrados. Descritivo do Projeto Levantamento Planialtimétrico e Cadastral aprovado na Grapohab certificado 171/223.”

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em Contrário.

Palácio dos Autonomistas,
Motuca/SP, 04 de fevereiro de 2026.
FABIO DE MENEZES CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 5 de 8

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro

Artigos 14 da LRF

1. Evento – LRF, Artigo 14, “caput”

Projeto de Lei visando a inclusão da Seção II-A – Da Isenção e do art. 2º-A, com parágrafo único, na Lei Complementar nº 083, de 31 de dezembro de 2003, que institui normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

2. Descrição do Evento:

Dispõe sobre a inclusão da Seção II-A – Da Isenção e do art. 2º-A, com parágrafo único, na Lei Complementar nº 083, de 31 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e dá outras providências, concedendo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN o serviço de análise, aprovação e licenciamento de projetos de obras e de construção de unidades habitacionais, quando vinculados a empreendimentos subsidiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida, a serem realizados no Município de Motuca na forma e condições que especifica.

3. Fundamentação Legal:

Constituição Federal, art. 156, III;
Código Tributário Nacional, Lei 5.172/66, arts. 111 e 176;
Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), art. 14;
Lei Municipal nº 950/2025 (LDO 2026), arts. 23, VI;
Projeto de Lei nº 260 /2026, que dispõe sobre a concessão de isenção e do art. 2º-A, com parágrafo único, na Lei Complementar nº 083, de 31 de dezembro de 2003.

4. Natureza da Renúncia:

Da Isenção e do art. 2º-A, com parágrafo único, na Lei Complementar nº 083, de 31 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

5. Estimativa de Receita Renunciada:

I – Previsão Orçamentária:

Valor Previsto de Arrecadação para 2026: **R\$ 0,00**
Valor Previsto de Arrecadação para 2027: **R\$ 0,00**
Valor Previsto de Arrecadação para 2028: **R\$ 0,00**



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 6 de 8

II – Valor Estimado de Isenção:

Valor Estimado de Isenção para 2026: **R\$ 92.400,00**

Valor Estimado de Isenção para 2027: **R\$ 0,00**

Valor Estimado de Isenção para 2028: **R\$ 0,00**

6. Metodologia de Cálculo:

Para fins de elaboração do impacto financeiro orçamentário foi considerada a quantidade de 50 casas populares a serem construídas no âmbito do programa minha casa minha vida no valor de R\$ 154.000,00 cada moradia, estimado-se a base de cálculo de 40% desse valor referente a mão-de-obra e alíquota de 3% do valor a título de imposto sobre serviços.

Quantidade de casas:	Custo Estimado Unitário	Custo Estimado Total	Custo Estimado M.O. 40%	Imposto Estimado a ser Renunciado 3%
50	154.000,00	7.700.000,00	3.080.000,00	92.400,00

7. Medidas de Compensação:

Prejudicado. Por não existir previsão orçamentária da Receita em comento, a teor do artigo 14º, inciso I da LRF (Lei 101/2000), bem como, por atender os dispositivos da Lei Municipal nº 950/2025 (LDO 2025), arts. 23,VI e 26.

8. Declaração de Compatibilidade:

A proposta está compatível com as metas fiscais estabelecidas na LDO e com as projeções constantes do Anexo de Metas Fiscais, não comprometendo o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município.

9. Conclusão:

Conclui-se que a isenção proposta tem finalidade social, a conformidade constitucional, a compatibilidade orçamentária e o atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além de promover o estímulo à política habitacional local, com a implantação de unidades habitacionais, a iniciativa contribui para a melhoria das condições de vida da população e para o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à desigualdade social, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, especialmente o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

FABIO DE MENEZES CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 7 de 8

LEI COMPLEMENTAR Nº 261 de 04 de fevereiro de 2026.

Dispõe sobre a inclusão da Seção II-A - Da Isenção e do art. 2º-A, com parágrafo único, na Lei Complementar nº 083, de 31 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma e condições que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOTUCA, Estado de São Paulo, **FÁBIO DE MENEZES CHAVES**, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Motuca, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 02 de fevereiro de 2026, promulga a seguinte lei complementar:

Art. 1º. Ficam acrescidos à Lei Complementar nº 083, de 31 de dezembro de 2003, inserida após a Seção II – Não Incidência, o artigo art. 2-A e respectivo parágrafo único com a seguinte redação:

.....

.....

Seção II-A

DA ISENÇÃO

Art. 2º-A. Fica isento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN o serviço de análise, aprovação e licenciamento de projetos de obras e de construção de unidades habitacionais, quando vinculados a empreendimentos subsidiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida, a serem realizados no Município de Motuca.

Parágrafo único. A isenção prevista no caput restringe-se exclusivamente aos serviços relacionados à aprovação dos projetos e à execução das obras iniciais, desde que comprovado o enquadramento do empreendimento no Programa Minha Casa, Minha Vida, mediante apresentação de documentação expedida pelo agente operador ou órgão federal competente, e condicionada à prévia aprovação do empreendimento pela Prefeitura Municipal.

.....

.....

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Autonomistas,

Motuca/SP, 04 de fevereiro de 2026.

FABIO DE MENEZES CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL

Portarias

PORTARIA Nº 3445 de 04 de fevereiro de 2026

Nomeia o Sr. Antonio Carlos Cioffi Junior, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento Municipal de Administração e Planejamento.

FABIO DE MENEZES CHAVES, Prefeito Municipal de Motuca, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, RESOLVE:

I – Nomear o Sr. **ANTONIO CARLOS CIOFFI JUNIOR**, para a partir desta data, exercer o emprego de provimento em comissão de Diretor de Departamento Municipal de Administração e Planejamento, de livre nomeação e exoneração, vinculado ao regime C.L.T. em vaga decorrente da promulgação da Lei Complementar nº 212 de 04 de abril de 2022 e suas alterações, fazendo jus aos vencimentos e vantagens legais.

II – As despesas com a execução da presente Portaria correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

III – A presente portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palácio dos Autonomistas,

Motuca/SP, 04 de fevereiro de 2026

FÁBIO DE MENEZES CHAVES

Prefeito Municipal

Atos Administrativos

Outros atos administrativos

INTIMAÇÃO

Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 02/2025

Ficam **intimados** o averiguado **J.R.F - Mat. 9040-1 e sua Procuradora Drª Josiani G. D. Masalskiene - OAB/SP 334.211**, para comparecimento a audiência de instrução a ser realizada em 10/02/2026 às 9hs00min, a ser realizada à Rua São Luiz nº 111 - Centro - Motuca, localizado no Departamento de Educação, considerando prazo e as dificuldades da comissão em realizar a intimação do averiguado pessoalmente, tendo a comissão realizada várias tentativas, sem êxito nas datas certificada nos autos, e ainda que recebida a intimação posteriormente, publique-se justificando prazo nos termos da Lei nº 716/16, art. 35, §2º.

Fica ainda esclarecido que a presente segue o art. 35:

* Intimação para audiência de instrução 10/02/2026 às 9h00min;

* Departamento educação Rua São Luiz nº 111, Centro - Motuca/SP.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOTUCA

Conforme Lei Municipal nº 912, de 05 de março de 2024

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026

Ano III | Edição nº 320

Página 8 de 8

* Intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar; a conveniência e instruções legais de sua procuradora constituída;

* A comissão informa que os atos processuais se darão em continuidade do processo independentemente do comparecimento do averiguado;

O não cumprimento desta intimação poderá acarretar as consequências previstas nas Leis vigentes que regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar.

Motuca, 04 de fevereiro de 2026

Marylane Dias Ferreira Silva

Presidente da Comissão

Licitações e Contratos

Pregão

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 013/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

EDITAL Nº 05/2026

OBJETO: Contratação de empresa para **Registro de Preços** para eventual e futuro fornecimento de materiais, fraldas e insumos médicos- hospitalares, equipamentos e móveis hospitalares, bens duráveis e correlatos, constantes da tabela "**TABELA REVISTA SIMPRO**", destinados as unidades de saúde gerenciadas pela Diretoria de Saúde do Município de Motuca e ao atendimento de demandas Judiciais, com entregas parceladas, conforme atendimento necessidade, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência- Anexo I do edital regulador do certame.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posteriores alterações.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

HORÁRIO: 11H00MIN00SEG, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: ATÉ 10H30MIN, DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

LOCAL: BLL COMPRAS - <https://bllcompras.com/Home/Login>

EDITAL NA ÍNTEGRA: Cópia do Edital ou maiores informações, poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua São Luís, nº 111 - Centro, nesta cidade, pelo Telefone (16) 3348-9300, de segunda à sexta-feira e pelos Sites: www.motuca.sp.gov.br e www.bllcompras.com, pelo e- mail: licitacao@motuca.sp.gov.br e suporte ao Fornecedor da BLL Compras (41) 3097-4600 / contato@bll.org.br

Motuca - SP, 03 de FEVEREIRO de 2026.

FÁBIO DE MENEZES CHAVES

Prefeito do Município de Motuca

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 012/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

EDITAL Nº 04/2026

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de **Uniformes Escolares** aos alunos e professores da rede municipal de ensino, visando a promoção da igualdade, a valorização da identidade escolar, a inclusão social e a melhoria das condições de frequência e permanência dos alunos na escola, conforme descrição contida no Termo de Referência- Anexo I do edital regulador do certame.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posteriores alterações.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

HORÁRIO: 11H00MIN00SEG, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: ATÉ 10H30MIN, DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

LOCAL: BLL COMPRAS - <https://bllcompras.com/Home/Login>

EDITAL NA ÍNTEGRA: Cópia do Edital ou maiores informações, poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua São Luís, nº 111 - Centro, nesta cidade, pelo Telefone (16) 3348-9300, de segunda à sexta-feira e pelos Sites: www.motuca.sp.gov.br e www.bllcompras.com, pelo e- mail: licitacao@motuca.sp.gov.br e suporte ao Fornecedor da BLL Compras (41) 3097-4600 / contato@bll.org.br

Motuca - SP, 03 de FEVEREIRO de 2026.

FÁBIO DE MENEZES CHAVES

Prefeito do Município de Motuca